

Pastoral da Criança -  
Organismo de Ação  
Social da Conferência  
Nacional dos Bispos  
do Brasil - CNBB

**Demonstrações financeiras em 30 de  
setembro de 2022**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações do resultado</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangente</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
The Five East Batel  
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel  
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil  
Telefone +55 (41) 3304-2500  
kpmg.com.br

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros da  
Pastoral da Criança - Organismo de Ação Social da  
Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB  
Curitiba – Paraná

### Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Pastoral da Criança - Organismo de Ação Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pastoral da Criança - Organismo de Ação Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB em 30 de setembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas.

### Base para opinião com ressalva

Em 30 de setembro de 2022, conforme apresentado na nota explicativa 14, a Entidade apresentou o montante de R\$ 9.885 mil (R\$ 9.885 mil em 2021) referente a provisões para contingências para as quais não foi identificada uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado, que justifique a referida provisão, conforme determinado pelo Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas – Seção 21 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Conseqüentemente, em 30 de setembro de 2022, o passivo circulante está aumentado e o patrimônio líquido reduzido em R\$ 9.885 mil (R\$ 9.885 mil em 2021).

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.



## Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

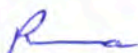
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 30 de novembro de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC SP-014428/O-6 F-PR

  
Karen Cristina Dal Ponte  
Contador CRC PR-053687/O-2-T-RJ







Pastoral da Criança - Organismo de Ação Social da  
Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB

Balancos patrimoniais em 30 de setembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2022	2021	Passivo	Nota	2022	2021
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	7	43.747	38.990	Fornecedores		62	64
Recursos com restrição	8	6.036	18.325	Adiantamentos com convênios restritos	12	6.036	16.748
Créditos a receber	9	225	275	Obrigações trabalhistas	13	1.176	1.039
Adiantamentos aos setores	10	1.144	1.581	Provisão para contingências	14	9.885	9.885
Estoques		498	675	Outras obrigações a pagar		614	594
		51.650	59.846			17.773	28.330
<b>Não circulante</b>				<b>Patrimônio líquido</b>			
Imobilizado	11	4.181	4.466	Patrimônio social	15	4.181	4.466
Outros créditos a receber		49	78	Reservas e fundos patrimoniais	15	33.926	31.594
		4.230	4.544			38.107	36.060
		55.880	64.390			55.880	64.390

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

166

S

R

**Pastoral da Criança - Organismo de Ação Social da  
Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB**

**Demonstrações do resultado**

**Exercícios findos em 30 de setembro de 2022 e 2021**

*(Em milhares de Reais)*

	Nota	2022	2021
<b>Receitas operacionais</b>	16	17.543	18.712
<b>Gratuidades</b>	17	3.997	3.692
<b>Trabalho voluntário</b>	17	<u>94.114</u>	<u>84.344</u>
		<u>115.654</u>	<u>106.748</u>
<b>Custos e despesas operacionais com programas</b>			
Atendimento em saúde	18	(14.352)	(13.930)
<b>Gratuidades</b>	17	(3.997)	(3.692)
<b>Trabalho voluntário</b>	17	<u>(94.114)</u>	<u>(84.344)</u>
		<u>(112.463)</u>	<u>(101.966)</u>
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas administrativas	18	<u>(4.777)</u>	<u>(4.343)</u>
<b>Provisão para contingências</b>	14	<u>          </u>	<u>(26)</u>
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas</b>		<u>(1.586)</u>	<u>413</u>
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras - recursos sem restrição	19	3.667	1.106
Despesas financeiras		<u>(34)</u>	<u>(27)</u>
		<u>3.633</u>	<u>1.079</u>
<b>Superávit do exercício</b>		<u><u>2.047</u></u>	<u><u>1.492</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**Pastoral da Criança - Organismo de Ação Social da  
Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB**

**Demonstrações do resultado abrangente**

**Exercícios findos em 30 de setembro de 2022 e 2021**

*(Em milhares de Reais)*

	2022	2021
<b>Superávit do exercício</b>	2.047	1.492
Outros resultados abrangentes	<u>                    </u>	<u>                    </u>
<b>Resultado abrangente total</b>	<u>          2.047          </u>	<u>          1.492          </u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Pastoral da Criança - Organismo de Ação Social da  
 Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 30 de setembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Reservas e fundos patrimoniais							Total
	Patrimônio social	Fundo patrimonial	Fundo de contingências	Reserva técnica	Adiantamentos aos setores	Estoques	Superávit acumulado	
<b>Saldos em 30 de setembro de 2020</b>								
Superávit do exercício	4.739	16.394	8.217	969	3.500	749	-	34.568
	-	-	-	-	-	-	1.492	1.492
<b>Destinações</b>								
Constituição (utilização) de reservas e fundos patrimoniais	-	782	3.367	(468)	(1.842)	(74)	(1.765)	-
Apropriação por movimentação do imobilizado	90	-	-	-	-	-	(90)	-
Apropriação pela depreciação do imobilizado	(363)	-	-	-	-	-	363	-
<b>Saldos em 30 de setembro de 2021</b>								
Superávit do exercício	4.466	17.176	11.584	501	1.658	675	-	36.060
	-	-	-	-	-	-	2.047	2.047
<b>Destinações</b>								
Constituição (utilização) de reservas e fundos patrimoniais	-	2.293	630	51	(466)	(176)	(2.332)	-
Apropriação por movimentação do imobilizado	3	-	-	-	-	-	(3)	-
Apropriação pela depreciação do imobilizado	(288)	-	-	-	-	-	288	-
<b>Saldos em 30 de setembro de 2022</b>								
	4.181	19.469	12.214	552	1.192	499	-	38.107

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Handwritten mark: *AA*

Handwritten mark: *S*

Handwritten signature: *R...*

**Pastoral da Criança - Organismo de Ação Social da  
Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB**

**Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto**

**Exercícios findos em 30 de setembro de 2022 e 2021**

*(Em milhares de Reais)*

	Nota	2022	2021
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Superávit do exercício		2.047	1.492
Ajustes por:			
Depreciação	11   16	288	363
Resultado na baixa de ativo imobilizado		6	-
Constituição de provisão para contingências	14	-	26
<b>Variações nos ativos e passivos</b>			
Aumento (redução) em recursos com restrição	8	12.289	(6.089)
Aumento (redução) em créditos a receber		50	(47)
Aumento (redução) em adiantamentos aos setores	9	437	1.867
Aumento (redução) em estoques	10	177	74
Aumento (redução) em outros créditos a receber		29	(26)
Redução (aumento) em fornecedores		(2)	12
Redução (aumento) em adiantamentos com convênios restritos	12	(10.712)	4.512
Aumento (redução) em obrigações trabalhistas	13	137	58
Aumento em depósitos judiciais	14	-	(30)
Aumento (redução) aumento em outras obrigações a pagar		20	(15)
<b>Fluxos de caixa líquidos provenientes das (usados nas) atividades operacionais</b>		<u>4.766</u>	<u>2.197</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Aquisição de imobilizado	11	<u>(10)</u>	<u>(90)</u>
<b>Fluxos de caixa líquidos usados nas atividades de investimento</b>		<u>(10)</u>	<u>(90)</u>
<b>Aumento (redução) líquido(a) em caixa e equivalentes de caixa</b>		<u>4.756</u>	<u>2.107</u>
<b>Demonstração do(a) aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa</b>			
No início do exercício	7	38.990	36.883
No fim do exercício	7	<u>43.747</u>	<u>38.990</u>
<b>Demonstração do(a) aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa</b>		<u>4.757</u>	<u>2.107</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

### 1 Contexto operacional

A Pastoral da Criança (“Entidade”) é uma associação civil, sem fins lucrativos, com sede na Rua Jacarezinho 1691, Bairro Mercês, em Curitiba, Estado do Paraná, de natureza filantrópica, com duração ilimitada.

A Entidade tem como objetivos o desenvolvimento integral das crianças, promovendo, em função delas, também suas famílias e comunidades, sem distinção de raça, cor, profissão, nacionalidade, sexo, credo religioso ou político, através dos seguintes programas, entre outros que sirvam as suas finalidades:

- Sobrevivência e desenvolvimento integral da criança, com as ações básicas de saúde, nutrição, educação e comunicação, sobretudo nos bolsões de miséria;
- Formação humana e cristã das famílias, líderes comunitários e agentes voluntários;
- Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente e redução da violação familiar e comunitária;
- Geração de renda para auto sustentação das famílias acompanhadas, ajuda mútua entre elas, capacitação da mulher em economia doméstica e nos cuidados com a criança, com a família e consigo mesma;
- Alfabetização de jovens e adultos que participam da Pastoral da Criança;
- Documentação e informação sobre a situação da criança e da família no Brasil;
- Pesquisa nas áreas de referência programática.

Os recursos financeiros para manter a estrutura da Entidade e suas atividades advêm de doações recebidas de pessoas físicas e jurídicas, de suas reservas constituídas e também de convênio celebrado com o Ministério da Saúde.

### Continuidade operacional

A Entidade possui: a) recursos financeiros, com e sem restrição, no montante de R\$ 49.783 evidenciados nas demonstrações financeiras; b) convênio nº 864.084/2018, assinado com o Ministério da Saúde, com vigência prorrogada até 30 de dezembro de 2022; c) não possui empréstimos e nem tampouco passivos trabalhistas significativos. Com base nestas informações a Administração entende não haver nenhum risco relacionado a continuidade operacional de suas atividades para o próximo exercício.



## **2 Base de preparação**

### **Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as pequenas e médias empresas.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Pastoral da Criança em 30 de novembro de 2022.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

## **3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## **4 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Entidade e os valores reportados dos ativos e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

### **a. Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 30 de setembro de 2022 que possuem riscos significativos de resultar em ajustes materiais dos saldos contábeis no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 11**– Imobilizado (valor residual e vida útil);
- **Nota explicativa 14** – Provisão para contingências (probabilidade e magnitude das saídas de recursos).

## **5 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

## **6 Principais políticas contábeis**

A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

### **a. Receita operacional**

As receitas com doações diversas são reconhecidas quando do seu efetivo recebimento.





As receitas de convênios restritos, recebidas com destinação específica, vinculadas à realização de atividades acordadas com os doadores (convênios restritos), são registradas no passivo, na conta “Adiantamentos com convênios restritos”, sendo a receita de doação reconhecida no resultado, na medida da efetiva realização e reconhecimento das despesas dos referidos programas. As receitas financeiras decorrentes das aplicações financeiras dos recursos desses convênios são apropriadas às respectivas contas dos passivos “Adiantamentos com convênios restritos”.

**b. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras da “Entidade” compreendem:

- Rendimento com aplicações financeiras;
- Despesa de juros;
- Multas, despesas bancárias, IOF e IR sobre aplicações financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

**c. Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

**d. Imobilizado**

**(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

**(ii) Custos subsequentes**

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade.

**(iii) Depreciação**

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens.



A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Entidade obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado em 2022 e 2021 são as seguintes:

Benfeitorias em propriedade de terceiros	20 anos
Máquinas e equipamentos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Imóveis	20 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

**e. Patrimônio social**

Constituído pela dotação inicial de seus instituidores e por doações recebidas de terceiros acrescido ou diminuído do superávit ou déficit apurado em cada exercício.

**f. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)**

**(i) Ativos financeiros não-derivativos**

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido ao grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor entrará em falência/recuperação judicial;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- Desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

***Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado***

A Entidade considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.



Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Entidade utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de créditos atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Entidade considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

(ii) **Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Entidade são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

g. **Provisões**

As provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, considerando que uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Quando o risco de perda for possível haverá apenas a divulgação.

h. **Fornecedores**

Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano.

i. **Isenções tributárias**

A Entidade, por ser constituída e desenvolver suas atividades como organização sem fins lucrativos, para cumprimento das finalidades para as quais foi instituída conforme seu Estatuto Social, possui isenção do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e do recolhimento da Contribuição Social Sobre o Lucro conforme artigo nº 174 do Decreto nº 3000/99 e artigo nº 15 da Lei nº 9.532/97.

j. **Trabalhos voluntários e gratuidades**

As receitas com trabalhos voluntários e gratuidades, quando existentes, são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar, conforme estabelecido na ITG2002 (R1) - Entidades sem finalidade de lucro.

A receita de trabalho voluntário recebido é reconhecida pelo valor justo da prestação do serviço, na conta de outras receitas operacionais, como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. A

contrapartida é lançada em conta de despesas vinculadas aos programas e despesas administrativas, relacionada à natureza ou projeto do trabalho voluntário.

As receitas com gratuidade são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com gratuidade são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a outras despesas também no resultado do exercício.

## 7 Caixa e equivalentes de caixa

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	2022	2021
Bancos – recursos sem restrição	109	197
Aplicações financeiras – recursos sem restrição (i)	<u>43.638</u>	<u>38.793</u>
	<u>43.747</u>	<u>38.990</u>

- (i) As aplicações financeiras referem-se a fundos de renda fixa remunerados a taxas referenciadas ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI e aplicações em CDB remunerados a taxas de 100% a 102% do CDI (98% a 101% em 2021). As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Dessa forma, foram consideradas como caixa e equivalentes de caixa nas demonstrações de fluxos de caixa.

## 8 Recursos com restrição

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	2022	2021
Aplicações financeiras – recursos com restrição (i)	<u>6.036</u>	<u>18.325</u>
	<u>6.036</u>	<u>18.325</u>

- (i) Os convênios e contratos celebrados estabelecem que, enquanto os recursos não são aplicados nas ações às quais se destinam, os repasses recebidos devem ser mantidos em aplicações financeiras de liquidez imediata, para preservar seu poder de aquisição, possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados para fazer frente as obrigações acordadas de projetos conveniados e outros ajustes que lhe deram origem. A contrapartida destes recursos está registrada na rubrica “Adiantamentos com convênios restritos”. Além do saldo do convênio celebrado com o Ministério da Saúde (R\$ 5.737), consta nessa conta contábil saldo de convênio com o Ministério Público do Trabalho do Estado do Paraná (R\$ 299), ambas apresentadas na nota explicativa 12.

## 9 Adiantamentos aos setores

Referem-se a recursos disponibilizados para as coordenações de setores e estados os quais são mantidos sob a forma de adiantamentos até que as referidas prestações de contas sejam disponibilizadas e validadas pela administração central, quando, então, tais valores são baixados e contabilizados como custo no resultado. O saldo em 30 de setembro de 2022 totaliza R\$ 1.144 (R\$ 1.581 em 2021).



## 10 Estoques

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	2022	2021
Bens destinados à venda	5	5
Materiais educativos	493	670
	<u>498</u>	<u>675</u>

## 11 Imobilizado

### (i) Composição do saldo

	<u>2022</u>			<u>2021</u>
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Benfeitorias em propriedade de terceiros	3.223	(1.394)	1.829	1.971
Máquinas e equipamentos	2.751	(2.618)	133	231
Móveis e utensílios	349	(267)	82	102
Imoveis	1.299	(104)	1.195	1.210
Veículos	89	(89)	-	10
Terrenos	942	-	942	942
	<u>8.653</u>	<u>(4.472)</u>	<u>4.181</u>	<u>4.466</u>

### (ii) Movimentação do custo

	<u>Saldo em 30/09/2021</u>	<u>Movimentação em 2022</u>			<u>Saldo em 30/09/2022</u>
	Custo	Adições	Baixas	Transf.	Custo
Benfeitorias em propriedade de terceiros	3.223	-	-	-	3.223
Máquinas e equipamentos	2.743	8	-	-	2.751
Móveis e utensílios	347	-	-	-	347
Imóveis	1.299	2	-	-	1.301
Veículos	375	-	(286)	-	89
Terrenos	942	-	-	-	942
	<u>8.929</u>	<u>10</u>	<u>(286)</u>	<u>-</u>	<u>8.653</u>


**(iii) Movimentação da depreciação**

	Saldo em 30/09/2021	Movimentação em 2022			Saldo em 30/09/2022
	Depreciação	Adições	Baixas	Transf.	Depreciação
Benfeitorias em propriedade de terceiros	(1.252)	(142)	-	-	(1.394)
Máquinas e equipamentos	(2.512)	(106)	-	-	(2.618)
Móveis e utensílios	(245)	(21)	-	-	(267)
Veículos	(365)	(4)	280	-	(89)
Imóveis	(89)	(15)	-	-	(104)
	<u>(4.463)</u>	<u>(288)</u>	<u>280</u>	<u>-</u>	<u>(4.472)</u>

**12 Adiantamentos com convênios restritos**

Referem-se a valores recebidos com base em convênios de parceria, vinculadas à prestação de contas ao Ministério da Saúde, Bernard Van Leer Foundation e Ministério Público do Trabalho do PR. Os valores estão registrados como adiantamentos no passivo, por estarem sujeitos à devolução até que o objeto do convênio seja efetivamente cumprido. A contrapartida desse valor está registrada na rubrica “Recursos com restrição” (vide nota explicativa 8), conforme demonstrado abaixo:

	2022	2021
Ministério da Saúde	5.737	15.988
Ministério Público do Trabalho do PR	299	472
Bernard Van Leer Foundation	-	288
	<u>6.036</u>	<u>16.748</u>

**13 Obrigações trabalhistas**

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	2022	2021
Salários a pagar	306	283
Encargos sociais a recolher	30	26
Provisões de férias e 13º salário	840	730
	<u>1.176</u>	<u>1.039</u>

**14 Provisão para contingências**

A Entidade possui ações judiciais decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Contingências tributárias	-	274
Depósitos judiciais	-	(274)
Provisão para contingências (a)	9.885	9.885
	9.885	9.885

- (a) Apesar de não existir uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado, que justifique uma provisão, conforme determinado pelo Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas – Seção 21 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Administração aprovou a manutenção do registro da Provisão para Contingência registrada em anos anteriores, visando assegurar a estabilidade financeira da Pastoral da Criança e considerando as seguintes premissas:
- (i) Os valores previstos na referida reserva de contingência foram estimados tendo como base os custos para funcionamento da entidade para um determinado período, os quais foram devidamente aprovados pela Assembleia Geral de 2016 e ratificados na Assembleia Geral de 2018, com previsão de aumento desta reserva para 8 meses de funcionamento.
  - (ii) Diante das frequentes alterações na legislação relativa aos convênios, a Administração, de modo a preservar as diversas ações realizadas, a Entidade passou a constituir provisão para contingências, com o objetivo de manter suas atividades no caso de haver necessidade de adaptação às novas normas. O saldo em 30 de setembro de 2022 totaliza R\$ 9.885 (R\$ 9.885 em 2021).
  - (iii) A Pastoral da Criança celebra convênios com o Ministério da Saúde desde 1987 e, dado a história destes anos de parceria, há frequentemente um descompasso entre a data prevista e a efetiva liberação das parcelas.
  - (iv) A Pastoral da Criança tem experimentado nos últimos anos uma grande variável de incertezas quando da renovação dos convênios, seja pela mudança frequente de normas que regem a matéria, gerando entraves burocráticos no órgão concedente, seja pela própria disponibilidade orçamentária do Governo Federal.

## 15 Patrimônio líquido

### a. Patrimônio social

Constituído por bens móveis e imóveis constantes do ativo imobilizado. O saldo em 30 de setembro de 2022 totaliza R\$ 4.181 (R\$ 4.466 em 2021).

### b. Fundo patrimonial

Foi constituído em 2005 e se destina a assegurar a autossuficiência financeira da Entidade para a perpétua realização da sua finalidade. A Coordenação Nacional, com o aval do Conselho Econômico, poderá propor ações específicas para acelerar a constituição desse fundo.

O saldo do fundo patrimonial em 30 de setembro de 2022 totaliza R\$ 19.469 (R\$ 17.176 em 2021), montante este formado por aportes e seus respectivos rendimentos financeiros líquidos.



**c. Fundo de contingências**

O valor máximo desse fundo será equivalente a oito meses de funcionamento da Entidade. Os recursos, que serão utilizados para compor este fundo, serão provenientes das parcerias institucionais, podendo ser integralmente utilizados para constituição do próprio fundo, segundo recomendações da Coordenação Nacional e Conselho Econômico. O saldo do fundo de contingências em 30 de setembro de 2022 totaliza R\$ 12.214 (R\$ 11.584 em 2021).

**d. Reserva técnica**

O valor desse fundo não poderá ultrapassar 2% do orçamento anual. O saldo da reserva técnica em 30 de setembro de 2022 totaliza R\$ 552 (R\$ 501 em 2021).

**e. Adiantamento aos setores**

Refere-se, substancialmente, a adiantamentos de recursos as coordenações com mandatos vigentes com posterior prestação de conta, somando-se também saldo de coordenações com mandatos encerrados e que ainda estão fechando prestação de contas. O saldo destes adiantamentos em 30 de setembro de 2022 totaliza R\$ 1.192 (R\$ 1.658 em 2021).

**f. Estoques**

Conforme demonstrado na nota explicativa 10, refere-se principalmente a estoque de materiais educativos na sede da Coordenação Nacional, à disposição das diversas coordenações de setores. O saldo em estoque de materiais educativos em 30 de setembro de 2022 totaliza R\$ 499 (R\$ 675 em 2021).

**g. Superávit acumulado**

Conforme previsto no parágrafo 15 da ITG 2002(R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, o superávit apurado no exercício de 2022, no montante de R\$ 2.047 (R\$ 1.492 em 2021), foram destinados para as reservas e fundos patrimoniais da Entidade, dado que estes recursos têm aplicação específica prevista no Estatuto Social e Regulamento do Fundo Patrimonial.

**16 Receitas operacionais**

		2022	2021
Com restrição			
Convênio Ministério da Saúde	(i)	11.806	12.335
Contrato Fundação Bernard Van Leer	(ii)	295	895
Convênio com MPT Paraná	(iii)	213	36
		<u>12.314</u>	<u>13.266</u>
Sem restrição			
Convênio companhias de energia elétrica	(iv)	2.303	2.551
Doações diversas		1.568	1.325
Movimento Pró Criança – Estado PE		970	1.154
Associação Evangelizar		495	416
		<u>5.336</u>	<u>5.446</u>
Deduções			
Outras deduções		(107)	-
		<u>17.543</u>	<u>18.712</u>

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*



- (i) Apropriação de parcelas, conforme Nota 12, oriundas de convênio nº 864.084/2018, celebrado com o Ministério da Saúde em 22 de março de 2018, com vigência até 31/12/2022.
- (ii) Apropriação de parcela, conforme Nota 12, referente a projeto BRA-2018-136, em parceria com a Bernard Van Leer Foundation, que tem como objeto Treinamento e Monitoramento no Desenvolvimento da Primeira Infância.
- (iii) Apropriação de parcelas, conforme Nota 12, referente a Termo de Compromisso de gestão de recursos materiais, celebrado com o Ministério Público do Trabalho do Estado do Paraná, no valor de R\$ 500 e vigência de 2 (dois) anos, visando a conscientização e prevenção sobre o trabalho infantil, com o foco no desenvolvimento integral das crianças.
- (iv) Projeto desenvolvido com o objetivo de arrecadar recursos financeiros que ajudem a suprir as necessidades básicas das comunidades e ramos da Pastoral da Criança, buscando assim auto sustentabilidade.

A metodologia desenvolvida consiste em respeitar o trabalho de cada ramo e de cada comunidade da Pastoral da Criança, proporcionando uma oportunidade de arrecadação de recursos proporcionais ao trabalho que é desenvolvido em cada um deles, pois dos recursos arrecadados, 95% retornam para a própria comunidade que conseguiu a doação.

Atualmente há contrato com as seguintes companhias: COPEL/PR, COELBA/BA, EDP/ES, ENERGISA/MT, ENEL/GO, CELESC/SC, EQUATORIAL/AL, CELPAEQUATORIAL/PA, ENERGISA/TO, ENEL/RJ, ENEL/CE, EDP/SP, ENERGISA SUL – Municípios dos estados de SP e PR (antiga Cia Caiuá, Nacional, Bragantina, Vale Parapanema e Força e Luz).

## **17 Trabalho voluntário e gratuidades**

### **a. Remuneração do pessoal-chave da administração**

Não há remuneração para os cargos eletivos da Entidade. Os Conselheiros que prestam serviços à Entidade não recebem remuneração pela função, haja vista que atuam como voluntários.

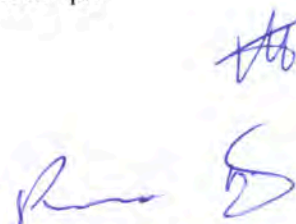
### **b. Voluntariado**

Todo o trabalho voluntário é submetido às formalidades legais e não há, em nenhuma forma, quaisquer tipos de remuneração. As despesas com trabalho voluntário foram mensuradas e reconhecidas de acordo com sua natureza, como devidas fossem. O trabalho é desenvolvido nas comunidades, e realizado por líderes e pessoas voluntárias, sendo 36.484 líderes (36.139 em 2021), 5.281 equipes de coordenação (5.199 em 2021) e 12.706 equipes de apoio comunitárias (11.983 em 2021).

Para gerar informações sobre a situação da criança e da gestante, bem como do trabalho voluntariado nas comunidades, além de diversos outros indicadores, são utilizadas as seguintes ferramentas:

- (i) Aplicativo Visita Domiciliar e Nutrição, desenvolvido pela Pastoral da Criança. Este aplicativo, além de auxiliar nosso voluntariado no acompanhamento às famílias, também possui um módulo de comunicação entre os voluntários, as famílias acompanhadas, coordenadores e multiplicadores. Com isso, são mais pessoas recebendo a melhor e mais relevante informação possível e com celeridade.
- (ii) FABS (Folha de Acompanhamento e Avaliação Mensal das Ações Básicas de Saúde e Educação na Comunidade), onde os líderes comunitários registram todos os dados das gestantes e crianças acompanhadas em sua comunidade. Estas FABS são avaliadas e conferidas na comunidade e posteriormente enviadas por correio para a Coordenação Nacional da Pastoral da Criança que as digitaliza e consolida as informações.

A Entidade mensurou e reconheceu, pelo valor justo, o trabalho voluntário obtido por seus líderes, equipes de apoio e de coordenação, conforme estabelece a Resolução CFC 1409/2012 que



aprovou a Interpretação ITG 2002 (R1) -Entidade sem Finalidade de Lucro, e suas alterações, conforme abaixo:

		2022	2021
<b>Fontes econômicas</b>			
<b>Recursos não monetários</b>			
<b>Trabalho voluntário</b>			
Líderes comunitários	(i)	64.157	57.678
Coordenações de Ramo, Setor e Estado	(ii)	25.831	23.120
Equipes de apoio na comunidade	(iii)	3.724	3.187
Outros voluntários	(iv)	402	359
		94.114	84.344
 <b>Gratuidades</b>			
Doação com locação da sede nacional	(v)	3.997	3.692
		3.997	3.692
		98.111	88.036

Os valores referentes aos recursos não monetários estão sendo calculados considerando a estimativa de horas mensais doadas por categoria de voluntário, multiplicadas pelo salário-mínimo vigente, R\$ 1,212. A referida estimativa, foi preparada com base em relatório diagnóstico participativo (não auditado), preparado por consultores terceirizados, com recursos do BNDES.

- (i) **Líderes:** 36.484 líderes x R\$ 1,758 (R\$ 1,212 x 13,3h /220h x 24h estimadas) = R\$ 64.157
- (ii) **Coordenações:** Totalizando R\$ 25.831, conforme abaixo:
  - Coordenador de ramo: 5.044 x R\$ 4,689 ano → (R\$ 1,212 x 13,3h / 220h x 64h estimadas) = R\$ 23.653
  - Coordenador de setor: 221 x R\$ 8,792 ano → ( R\$ 1,212 x 13,3h / 220h x 120h estimadas) = R\$ 1.943
  - Coordenador de estado: 16 x R\$ 14,654 ano → ( R\$ 1,212 x 13,3h / 220h x 200h estimadas) = R\$ 235
- (iii) Equipe de apoio: 12.706 x R\$ 0,293 ano → ( R\$ 1,212 x 13,3h /220h x 4h estimadas) = R\$ 3.724
- (iv) **Outros voluntários:** Totalizando R\$ 402 conforme abaixo:
  - Conselho Econômico das Dioceses: 258 Dioceses \* R\$ 1,212 / 220h \* 6h \* 4 pessoas = R\$ 34
  - Conselho Econômico Nacional: R\$ 1,212/ 220h \* 8h \* 3 pessoas = R\$ 0,132
  - Conselho Diretor Nacional: R\$ 1,212 / 220h \* 32h \* 3 pessoas = R\$ 0,528
  - Conselho Fiscal Nacional: R\$ 1,212 / 220h \* 4h \* 3 pessoas = R\$ 0,066
  - Pessoas que assinam prestação de contas / Paróquias: 5.044 Paróquias \* R\$ 1,212 / 220h \* 12h \* 1 pessoa = R\$ 333
  - Pessoas que assinam prestação de contas / Dioceses: 258 Dioceses \* R\$ 1,212 / 220h \* 12h \* 2 pessoas = R\$ 34
- (v) **Sede nacional** – Corresponde ao valor anual aproximado do uso do imóvel cedido à Pastoral da Criança, em regime de comodato, conforme estabelecido em Lei estadual nº 17.891 de 26/12/2013 e nº 12.205 de 08/07/1998. Os imóveis, conforme previsto em lei, serão utilizados exclusivamente para atender aos objetivos institucionais da Pastoral da Criança, para o Museu da Vida e o Memorial Zilda Arns. Não foi possível estimar o valor de locais cedidos para as atividades da Pastoral da Criança em 2.742 municípios, pela Igreja e outras entidades.



## 18 Custos e despesas operacionais com programas

	2022	2021
Atendimento em saúde		
Custos com atendimentos em saúde – com restrição	(13.798)	(13.497)
Custos com atendimentos em saúde – sem restrição	<u>(554)</u>	<u>(433)</u>
	<u>(14.352)</u>	<u>(13.930)</u>
Despesas operacionais		
Administrativas		
Despesas com pessoal	(1.979)	(1.918)
Projetos diversos com entidades parceiras	(466)	(523)
Despesas com serviços de terceiros	(1.198)	(1.119)
Outras despesas gerais e administrativas	(797)	(407)
Despesas com depreciação	(288)	(363)
Perdas no recebimento de créditos dos setores	<u>(49)</u>	<u>(13)</u>
	<u>(4.777)</u>	<u>(4.343)</u>
	<u>(19.129)</u>	<u>(18.273)</u>

## 19 Resultado financeiro

O resultado financeiro é substancialmente composto por rendimentos sobre aplicações financeiras, sem restrição e fundos estatutários da Entidade, que totalizaram R\$ 3.667 (R\$ 1.106 em 2021).

## 20 Aplicação de recursos em gratuidades

Em atendimento ao inciso III, parágrafo 1º do art. 19 do Decreto Nº 8.242, 23/05/2014 a Entidade elabora a Demonstração de Aplicação dos Recursos em Gratuidade.

A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na Área de Saúde, concedido pelo Ministério da Saúde, por meio da Portaria nº 275, de 30 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da união de 02 de abril de 2020. A validade do referido certificado compreende o período de 03/05/2019 e 02/05/2022. Em 28/04/2022 a Pastoral da Criança deu entrada em processo de renovação, o que lhe garante certificação até o julgamento do processo.

Para fazer jus a Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social – Saúde, a Entidade deverá atuar na área de promoção da saúde, celebrar convênio com o gestor do SUS, não remunerar seus diretores e conselheiros, aplicar suas rendas e eventuais superavit nos seus objetivos e no território nacional, entre outras condições.

Veja o demonstrativo a seguir:



*Pastoral da Criança - Organismo de Ação Social da  
Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB  
Demonstrações financeiras em  
30 de setembro de 2022*

	2022	2021
Receita operacional (vide nota explicativa 16)	17.543	18.712
Resultado financeiro	3.633	1.079
Receita disponível no exercício	21.176	19.791
Percentual mínimo para aplicação em gratuidade (20% da receita)	4.235	3.958
Custo aplicado em saúde (vide nota explicativa 18)	14.352	13.930
Outros custos – Administração	(i) 4.440	3.968
Total das gratuidades oferecidas	18.792	17.898
Percentual das aplicações das receitas em gratuidade no exercício	89%	90%
Total de isenções de contribuições do INSS, Patronal, Terceiros e SAT	(ii) 1.346	1.174


- (i) Valor corresponde ao valor total registrado da rubrica de despesas operacionais administrativas, deduzindo-se o valor da depreciação e perdas nos recebimentos dos créditos dos setores, vide nota explicativa 18.
- (ii) Em razão de sua finalidade social, assistencial, filantrópica e sem fins lucrativos, a Entidade não está sujeita ao recolhimento de impostos calculados sobre o superavit do exercício, e nem distribui qualquer parcela de seu resultado a associados, parceiros, dirigentes, conselheiros ou mantenedores. A imunidade que consta da demonstração das aplicações dos recursos em gratuidade no valor de R\$ 1.346 (R\$ 1.174 em 2021) refere-se às contribuições sociais referentes a folha de pagamento do período de outubro/21 a setembro/22.


## 21 Instrumentos financeiros

A Entidade mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos onde, os resultados obtidos, são razoáveis com as expectativas da Administração e as transações com instrumentos financeiros são reconhecidos no resultado. A Entidade não possui políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros visto que a Administração entende que não existe risco significativo de perdas associadas a esses instrumentos. A Entidade não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

\* \* \*

  
**Dom Elio Rama**  
Presidente

  
**Irmã Veneranda da Silva Alencar**  
Coordenadora Nacional

  
**Sérgio Leandro Reis**  
Contador – CRC PR-049666/O-6